

CONSEQUÊNCIAS DAS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS NA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE FAXINAL DO SOTURNO - R.S.

Vera Maria Schio¹

Meri Lourdes Bezzi²

INTRODUÇÃO

1- Problemática de estudos e objetivos

Os aspectos modeladores da evolução da agricultura encontram-se ligados à expansão do espaço agrário e à intensificação do processo de modernização das atividades agropecuárias, no contexto de expansão do capitalismo no campo, com interferência direta do Estado. Esta complexidade teve seu prolongamento até o início dos anos 80, com o fechamento do ciclo de modernização. Estes avanços tecnológicos alteraram, profundamente, as relações no modo de produção da agricultura até então em desenvolvimento, introduzindo tipos de culturas e métodos compatíveis com o processo modernizante em vigor.

Da análise da evolução do setor agrícola no Rio Grande do Sul distinguem-se três segmentos: agropecuária colonial, pecuária tradicional e a lavoura empresarial. O comportamento diferenciado destas estruturas produtivas encontram-se no bojo da divisão espacial do trabalho, onde cada área cumpre seu papel dentro do conjunto geral do sistema capitalista, condição "sine qua non" de seu desenvolvimento a nível municipal, regional, e mundial.

Com efeito, as medidas de política agrícola inseridas no contexto mais amplo do processo de acumulação de capital, ditado por interesses nacionais e transnacionais, influíram de forma decisiva na agricultura regional e local. Essas medidas,

¹ Trabalho de Graduação apresentado ao Curso de Geografia para obtenção do título de Licenciada em Geografia - UFSM - Santa Maria, RS.

² Professora do Departamento de Geociências - CCNE - UFSM - Santa Maria, RS.

num curto espaço de tempo, ocasionaram modificações no patamar técnico -produtivo do Rio Grande do Sul, e particularmente no município em estudo.

O processo de transformação da estrutura de produção agrícola durante as últimas duas décadas, fez com que grande parte do espaço agrícola brasileiro fosse afetado pelo abandono de formas tradicionais de produção em favor de outras, tecnologicamente avançadas. No entanto, mesmo nas regiões onde não ocorreram alterações significativas na base tecnológica, a política de modernização teve fortes impactos sociais, via fortalecimento e penetração do complexo agroindustrial e/ou via majoração do preço da terra.

A influência conjugada desses processos atingiu, embora de forma diferenciada, de acordo com as condições históricas de cada região, a maior parte da estrutura agrícola brasileira.

A modernização da agricultura, representada pelo uso de tecnologia e insumos modernos, acarreta impactos e transformações tanto na estrutura interna quanto nas relações da agricultura com os outros setores. As mudanças acontecem tanto no sistema de técnicas e conhecimentos utilizados para a obtenção da produção, quanto na quantidade e qualidades dos bens produzidos, na estrutura fundiária e na oportunidade de acesso à terra; na quantidade de mão-de-obra empregada e sua composição e na estrutura dos investimentos e despesas monetárias realizadas.

A introdução do progresso técnico nas atividades agrícolas fez com que, progressivamente, parcelas maiores da produção da pequena propriedade de Faxinal do Soturno, passassem a ser inseridas no processo capitalista de produção.

A atual estrutura agrária brasileira traz como consequência um alto grau de esgotamento do solo das pequenas unidades de produção, pois o pequeno produtor, possuindo pouca terra e aproveitando boa parte para a lavoura, emprega técnicas produtivas rudimentares, tornando inevitável o esgotamento das mesmas. Deste modo, o uso inadequado do solo, sem as devidas possibilidades de recuperação (devido a própria escassez da terra e a pobreza de recursos financeiros para a sua conservação), é responsável pelo seu esgotamento nessas pequenas unidades de produção.

Outro aspecto negativo que se encontra atrelado às pequenas propriedades é a escassa diversificação de produtos para comercialização. Este fato acarreta crescente dependência da conjuntura econômica mundial gerando uma grande instabilidade econômica e nacional; grandes danos ecológicos devido ao desgaste do solo; emprego de métodos rudimentares de cultivo; escassa produção de alimentos básicos e, como decorrência, a importação desses; perpetuação do êxodo rural-urbano ou rural-rural; baixos salários e subalimentação das grandes massas.

A orientação da produção visando a exportação é catastrófica para a população brasileira, não somente porque impede a produção regional de produtos alimentícios básicos, mas também porque traz consigo uma erosão significativa, destruindo sensivelmente o solo. Onde primam monocultura e má utilização da terra ocorre um processo ecológico auto-destrutivo, com altos custos sociais.

Devido aos escassos recursos de que dispõem os pequenos agricultores, dificilmente podem introduzir melhoras ou inovações em suas atividades, tanto lavouras como pecuárias.

A crescente especialização dos minifúndios em um único produto destinado ao mercado não significa a garantia da subsistência em suas famílias. Enquanto que as pequenas unidades de produção até poucos anos atrás visavam primordialmente ao sustento familiar e secundariamente à venda de seus produtos no mercado, hoje, vêm-se obrigados a integrar-se de forma contínua, no mercado capitalista. Não estando, porém, em condições de concorrer com a lavoura empresarial.

Deste modo, diante da problemática que envolve os pequenos produtores rurais, a presente pesquisa tem como enfoque o município de Faxinal do Soturno, objetivando a apreensão da complexidade dos padrões espaciais e suas diferenciações ocorridas, primordialmente, no seu setor agrário.

Este estudo teve como preocupação central identificar as conseqüências das transformações tecnológicas na agricultura do município de Faxinal do Soturno, RS (Figura 1).

A escala temporal 1980-1990, se justifica por ser aquela em que a produção já está inserida no sistema de economia de mercado assentada em atividades desenvolvidas sobre uma estrutura moderna, frutos do processo de mecanização desenvolvidos, principalmente, no período de 1970 a 1980 no Rio Grande do Sul, como um todo, e nesse município em particular.

Deste modo, o intervalo temporal deste trabalho é considerado válido, na medida em que procura processar informações e conhecimentos capazes de identificar as transformações no espaço dentro de um intervalo de tempo relativamente curto, mas bastante significativo quanto às modificações relacionadas ao patamar técnico-produtivo da agricultura gaúcha e, principalmente, no Município em análise.

Dentro desta perspectiva, a análise teve como objetivos fundamentais:

- demonstrar o atual comportamento da produção agrícola do Município em estudo, permitindo observar as transformações ocorridas no período de 1980-1990;
- verificar as conseqüências que a introdução da tecnologia causou no município de Faxinal do Soturno nesses últimos anos;
- analisar até que ponto as inovações tecnológicas e a diversificação de produtos agrícolas penetraram e foram aceitas pelos agricultores;
- verificar se as políticas desenvolvidas pelo Estado atuaram para que o processo de modernização ocorresse nessa área;
- identificar o nível de preocupação e ação dos produtores rurais quanto ao uso e manejo do solo, no sentido de evitar que os reflexos negativos da tecnologia recaiam sobre a saúde pública e o meio ambiente.

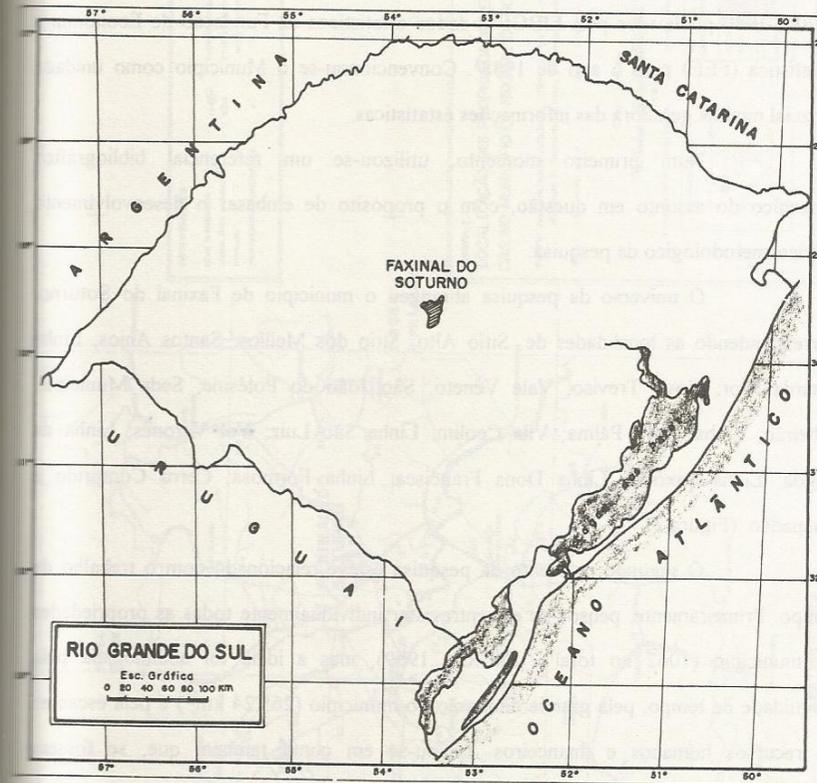


FIGURA 1. Localização do Município de Faxinal do Soturno no Estado do Rio Grande do Sul

no 153

2 - METODOLOGIA

Para execução do trabalho proposto nesta pesquisa - As Conseqüências das Transformações Tecnológicas na Agricultura do Município de Faxinal do Soturno - RS - foram utilizados os dados do Censo Agrícola de 1960, Censos Agropecuários de 1970 e 1980 publicados pela FIBGE e dados estatísticos da Fundação de Economia e Estatística (FEE) para o ano de 1988³. Convencionou-se o Município como unidade espacial mínima geradora das informações estatísticas.

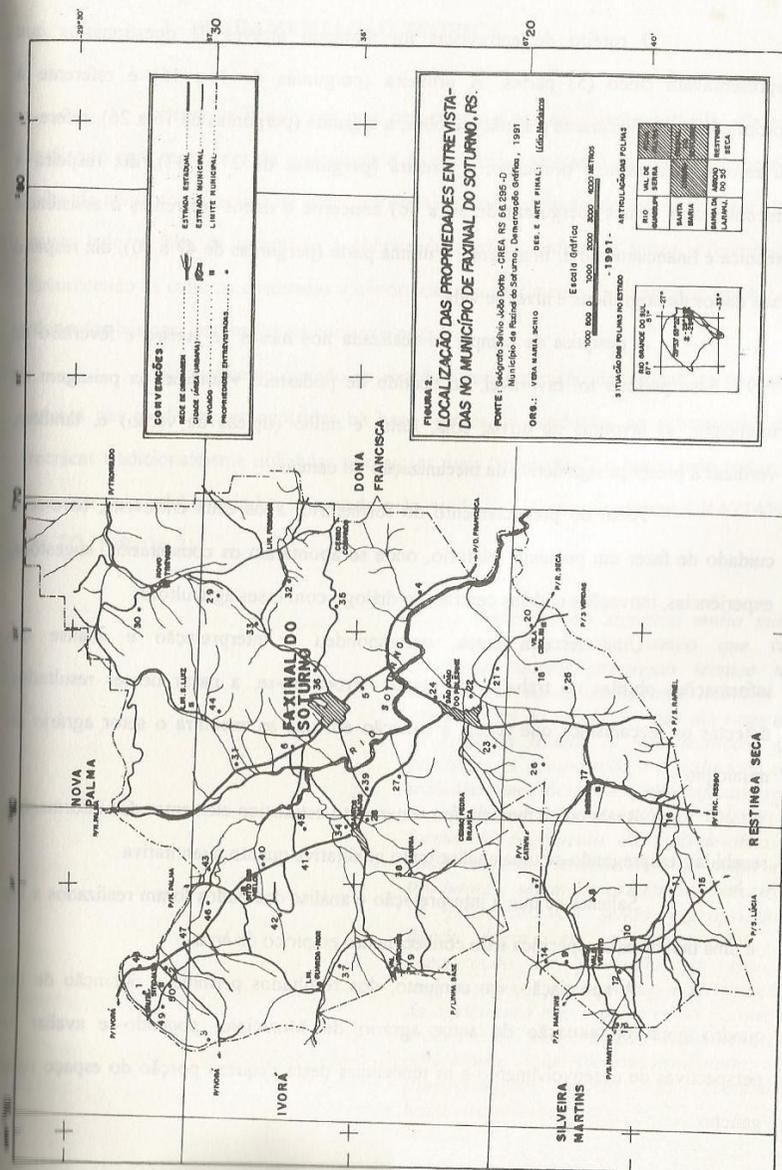
Num primeiro momento, utilizou-se um referencial bibliográfico específico do assunto em questão, com o propósito de embasar o desenvolvimento teórico-metodológico da pesquisa.

O universo da pesquisa abrangeu o município de Faxinal do Soturno, correspondendo as localidades de: Sítio Alto; Sítio dos Melllos; Santos Anjos; Linha Guarda Mor; Novo Treviso; Vale Vêneto; São João do Polêsine; Sede Municipal; Ribeirão; Linha Nova Palma; Vila Ceolim; Linha São Luiz; Val-Veronês; Linha da Lagoa; Linha Saxônia; Linha Dona Francisca; Linha Formosa; Cerro Comprido e Chapadão. (Figura 2).

O segundo momento da pesquisa esteve relacionado com o trabalho de campo. Primeiramente, pensou-se em entrevistar individualmente todas as propriedades do município (1062 no total - INCRA, 1989), mas a idéia foi abandonada pela exigüidade de tempo; pela grande dimensão do município (265,24 km²) e pela escassez de recursos humanos e financeiros. Levou-se em conta também que, se fossem entrevistados todos os proprietários, provavelmente seriam obtidas respostas bastante repetitivas o que, de certo modo, não traria mudanças significativas nos resultados finais do trabalho.

Descartadas as possibilidades acima mencionadas, decidiu-se por um perfil do município, através do levantamento de 50 entrevistas individuais com proprietários rurais.

³ Foram utilizados dados estatísticos da FEE para obtenção de informações cadastrais mais atualizadas, uma vez que o Censo Agropecuário de 1985 não foi ainda publicado.



O roteiro de entrevistas foi montado através de questionários que apresentavam cinco (5) partes. A primeira (perguntas de 1 a 15) é referente à propriedade, ao declarante e à mão-de-obra; a segunda (perguntas de 16 a 26), refere-se à estrutura agrária e produção; a terceira (perguntas de 27 a 37), diz respeito à tecnologia; a quarta (perguntas de 30 a 46) concerne a dados referentes à assistência técnica e financiamento e, finalmente, a última parte (perguntas de 47 a 50), diz respeito aos dados demográficos e nível de vida.

A pesquisa de campo foi realizada nos meses de janeiro e fevereiro de 1991. Esse período foi favorável, no sentido de podermos visualizar na paisagem do município, as lavouras de arroz, soja, fumo e milho (típicas de verão) e, também, verificar a presença significativa da mecanização no campo.

Além do preenchimento do formulário, após cada entrevista, teve-se o cuidado de fazer um pequeno relatório, onde se apontaram os comentários, sugestões, experiências, inovações e idéias centrais do diálogo com esses agricultores.

Uma terceira etapa, correspondeu à interpretação e análise das informações obtidas no trabalho de campo. Procurou-se, a partir desses resultados, detectar os mecanismos que regem a situação em que se encontra o setor agrário do município.

Realizou-se também um tratamento estatístico elementar das informações recebidas, empregando-se uma análise tanto qualitativa quanto quantitativa.

Salienta-se que a interpretação e análise dos dados foram realizados à luz de uma bibliografia específica e do conhecimento empírico da área.

A apreciação, em conjunto, dos resultados permitiu a obtenção de um quadro geral da situação do setor agrário do Município, podendo-se avaliar as perspectivas de desenvolvimento e as tendências desta pequena porção do espaço rural gaúcho.

3 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Sendo o Brasil, um país de economia essencialmente agrícola, ele está inclinado para os setores da agricultura e da pecuária. Entretanto, enfrenta significativa falta de alimentos e, acima de tudo, apresenta descapitalização do microprodutor. Por outro lado, a falta de incentivo, à política de crédito o afeta de forma diferenciada, favorecendo as culturas destinadas à exportação em detrimento daquelas que produzem alimentos básicos, destinados ao consumo popular.

Normalmente quando se aborda a modernização da agricultura pensa-se apenas nas modificações ocorridas na base técnica da produção, na substituição das técnicas tradicionalmente utilizadas por outras mais "modernas": o burro pelo trator, o estriume pelo adubo químico, a enxada pelo arado.... Assim, conforme GRAZIANO NETO (1982:26-7):

"... a modernização significa muito mais que isso. Ao mesmo tempo que vai ocorrendo aquele progresso técnico na agricultura, vai-se modificando também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais (e não técnicas) de produção. A composição e a utilização do trabalho modificam-se, intensificando-se uso do 'bóia-fria' ou trabalhador volante; a forma de pagamento da mão-de-obra é cada vez mais assalariada; os pequenos produtores, sejam proprietários, parceiros ou posseiros vão sendo expropriados, dando lugar, em certas regiões, à organização da produção em moldes empresariais... a chamada modernização da agricultura não é outra coisa ..., que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente".

Deste modo, sabe-se que o fenômeno que mais alterou a fisionomia do Estado Gaúcho foi o processo de "modernização" ocorrido no setor agrícola,

principalmente na década de 50. Houve a penetração capitalista, no campo; uma mecanização acentuada em vários setores além de um sistema de crédito que viabilizou esta mecanização. (FEE, 1978)

Observa-se que a pequena propriedade foi a mais prejudicada pela capitalização do campo, principalmente devido à monocultura.

Conforme a FEE (1978:95):

"A agropecuária colonial está marcada pela presença do proprietário-trabalhador que detendo os meios de produção, trabalha com a sua família, para obter, no mínimo a sua sobrevivência. Geralmente, emprega terras impróprias para mecanização, possui uma área de dimensões reduzidas e utiliza eventualmente mão-de-obra assalariada como complemento da força de trabalho familiar... lucro não é o único fundamento de sua existência".

GRAZIANO DA SILVA (1982:37), afirma que a pequena produção é responsável, em nosso país, por grande parcela da produção de alimentos básicos e também das matérias-primas de transformação industrial e reforça que:

"... exceto alguns casos particulares, a produção de alimentos no Brasil, não tem sido atrativa para o capital, na medida em que o mecanismo de fixação de preços a torna pouco ou nada rentável".

Percebe-se que a pequena propriedade reveste-se de grande importância no sentido de gerar uma significativa quantidade da produção agrícola. Por outro lado, a sua existência revela um grau muito alto de exploração, pois a política do Estado prioriza a capitalização da grande propriedade.

Tal problemática é enfatizada por GRAZIANO DA SILVA (1982:40):

"... pela situação atual da agricultura brasileira, conclui-se que os resultados das políticas que visam ao desenvolvimento do capitalismo no campo tem servido, na maioria das vezes, para a manutenção de um sistema latifundiário, no qual a terra assume o principal papel como geradora de renda, deixando ao capital um papel secundário. O que se pode ver no campo brasileiro é uma 'modernização conservadora' que privilegia apenas algumas culturas e regiões, assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades). Nunca uma transformação dinâmica, auto-sustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vingou pelo amparo do Estado".

A ação do Capitalismo no campo reflete, nas relações de produção, um desenvolvimento extremamente desigual. É marcante a existência de pequenos produtores, arrendatários, parceiros e sem-terras que se assalariam temporariamente desde o Nordeste até o Sul. Há necessidade deste contingente vender sua força de trabalho para poder garantir sua subsistência.

Na abordagem de GRAZIANO DA SILVA (1982:41):

"Esse quadro geral nada mais representa do que o atestado da fraqueza e insuficiência do desenvolvimento das forças produtivas no campo na maioria das regiões do País, regiões onde o capital não conseguiu ainda realizar a expropriação do trabalhador rural".

No Brasil, a modernização processou-se de forma desigual, em dois sentidos:

Conforme MARTINE & GARCIA (1987:99):

"... Regionalmente, beneficiando os Estados do Centro-Sul; particularmente São Paulo;

e dentro de cada estado, atingindo preferencialmente os médios e grandes produtores e os produtos exportáveis e demandados pelas agroindústrias... em 1960, essas desigualdades regionais e entre estabelecimentos eram acentuados, devido a própria evolução histórica de cada região e as suas formas particulares de inserção do circuito da acumulação capitalista... se observa a cada momento profunda heterogeneidade..."

O caráter da modernização da agricultura, é reconhecidamente "eficaz" no desenvolvimento capitalista enquanto mecanismo de crescimento econômico. Entretanto, a pobreza rural e a precariedade das condições de emprego não foram eliminadas, ao contrário, ampliaram-se as desigualdades sociais.

Para compreender o desenvolvimento da agricultura, é preciso que se tenha em mente que este desenvolvimento só pode ser entendido de forma globalizada, se analisarmos o desenvolvimento das forças políticas no conjunto do sistema econômico pois, as transformações por que passa o sistema agrícola, representam a sua adequação ao sistema capitalista, e isso como reflexo das transformações por que passa o próprio capital.

Neste sentido, como enfoca GRAZIANO NETO (1982:36):

"No caso brasileiro, a expansão do capitalismo na agricultura tem-se dado, principalmente, pela transformação dos proprietários-capitalistas, através de uma política que tem sido chamada de 'modernização do latifúndio', na qual o crédito rural é uma das peças fundamentais".

Destaca-se que, segundo PAIVA et al. (1976:18):

"... modernização é o processo de melhoria da agricultura pela adoção de técnicas modernas e, ... técnica moderna é

a que objetiva alcançar maior produtividade em termos físicos e econômicos".

O processo de expansão da mecanização se deu a partir da adoção de técnicas. Na verdade, a técnica é um produto das descobertas científicas que, colocadas a serviço da produção, traz inovações contínuas nos métodos de produção. A adoção de novas técnicas gera determinados efeitos sobre o emprego e o salário, ampliação das oportunidades de investimentos e a transformação das relações "arcaicas" em relações capitalistas de produção.

A introdução de novas técnicas no processo produtivo interfere nas formas de organização da produção, trazendo mudanças nas relações entre o capital e o trabalho e submetendo o conjunto de recursos ao domínio do capital. Entretanto, sabe-se que a adoção dessas técnicas não acontece de maneira generalizada, ou seja, as relações capitalistas de produção não deixam de ocorrer com formas de produção não capitalistas mesmo sendo esta, também subordinada ao capital. (FEE, 1978)

Para que o capital cumpra o seu papel econômico, é necessário que haja mão-de-obra disponível a preços compatíveis com um ritmo de acumulação que tende a crescer, ou seja, é necessário que a taxa salarial deixe sempre espaço para uma taxa de lucros que tende a ser máxima. O progresso técnico constitui-se numa barreira à elevação dos salários reais, isso se justifica tanto pela sua atuação "poupadora de mão-de-obra" no processo produtivo, como também pela influência que pode acarretar sobre o custo de reprodução da força de trabalho.

A tecnologia substituidora de mão-de-obra, como no caso, equipamentos utilizados nas diversas fases da produção agrícola, viabiliza um ritmo de acumulação livre das limitações impostas pela oferta de trabalho. Além disso, possibilita a intensificação do ritmo de trabalho e, por consequência, uma menor obtenção de mão-de-obra no processo produtivo, provocando uma diferença cada vez maior entre oferta e demanda de empregos, promovendo ao mesmo tempo o aumento da produtividade do trabalho.

Quanto aos avanços que possam ocorrer no salário real, a tecnologia estabelece as condições básicas, de maneira que estes avanços não acompanham na mesma proporção os acréscimos da produtividade da mão-de-obra ocupada. A inovação tecnológica por sua vez, nos ramos produtores de bens de salário, induz a diminuição do valor destes bens, reduzindo o custo de produção da força de trabalho.

Sem dúvida, o avanço tecnológico abre novas fronteiras para a expansão do capital, isso ocorre tanto pela necessidade de máquinas, como também pela produção de insumos e pela criação de uma infra-estrutura básica. Por outro lado, salienta-se o papel da agricultura na criação de mercado interno, o qual torna viável a reprodução do capital urbano industrial.

Foi no final da fase de expansão do ciclo da indústria pesada brasileira, que instalaram-se no país, as principais indústrias de insumos agrícolas (em particular, a indústria de tratores e máquinas agrícolas, fertilizantes químicos, etc.). Foi através da industrialização da agricultura que as limitações impostas pela natureza foram sendo superadas. O homem, através da utilização das técnicas que desenvolveu, como a irrigação, drenagem, máquinas, fertilizantes, foi consolidando o processo de "modernização" da agricultura no conjunto do desenvolvimento capitalista do pós-guerra.

A partir de então, a agricultura passou a constituir-se cada vez mais num mercado não de bens de consumo, mas de meios industriais de produção, comprando insumos e em contrapartida vendendo seus produtos.

Num duplo sentido, enfoca GRAZIANO DA SILVA (1982:46):

"Houve a elevação da composição técnica nas suas unidades de produção e o da subordinação do setor aos interesses do capital industrial e financeiro".

O processo de modernização do campo cria um novo e importante mercado para bens de capital como: máquinas, implementos agrícolas, etc., como também cria um assalariamento do homem do campo e em consequência dá origem a uma grande desarticulação da produção doméstica.

TAMBARA (1983:77), confirma tal afirmativa salientando que:

"A pequena propriedade acaba por abandonar a lavoura de subsistência. Assim é relativamente comum ver-se agricultores em supermercados e armazéns no interior comprando batata inglesa, feijão, farinha de milho, etc., produtos que antigamente eram produzidos por ele".

A capitalização do campo, como também a introdução de moderna tecnologia na forma de produção agrícola, foi um processo que se verificou historicamente (principalmente nos países subdesenvolvidos) de forma caudatária em relação aos outros setores da economia brasileira.

Deste modo, conforme a FEE (1978:52):

"... somente a partir do intenso desenvolvimento industrial e do crescimento demográfico urbano ocorrido a partir dos anos cinquenta é que se verifica portanto, determinado pelo setor não agrícola, a mais intensa capitalização do campo..."

Nesta perspectiva, este trabalho procura avançar os conhecimentos sobre a atual situação agrícola de Faxinal do Soturno, no intuito de direcionar o planejamento agrícola do município.

3 - PERFIL DA AGROPECUÁRIA DE FAXINAL DO SOTURNO E AS TRANSFORMAÇÕES DECORRENTES DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

3.1 - Características: propriedades, proprietário e produtor

O perfil da realidade da área em estudo foi apreendida com base em cinquenta (50) entrevistas realizadas com agricultores no município de Faxinal do Soturno. Entretanto, a distribuição espacial das cinquenta (50) propriedades analisadas é a seguinte: nove (9) localizam-se em Vale Vêneto; seis (6) no Sítio dos Mellos; seis (6) em São João do Polênise; seis (6) no Sítio Alto; três (3) em Novo Treviso; três (3) em Santos Anjos; dois (2) na Sede Municipal; dois (2) em Ribeirão; dois (2) na Linha Nova Palma; dois (2) na Vila Ceolim; um (1) na Linha São Luiz; um (1) na Linha Guardamor; um (1) em Val Veronês; um (1) na Linha da Lagoa; um (1) na Linha Saxônia; um (1) na Linha Dona Francisca; um (1) na linha Formosa; um (1) no Cerro Comprido e um (1) em Chapadão. (Figura 2).

As distâncias das propriedades em relação à sede (Faxinal do Soturno) variam bastante. Deste modo, foram estabelecidas cinco classes para se obter uma melhor compreensão dessa variável. (Tabela 1).

TABELA 1 - Distâncias das propriedades rurais em relação a Faxinal do Soturno.

Distância	Nº de propriedades
0 - 5	14
5 - 10	15
10 - 15	11
15 - 20	4
20 - 25	6

FONTE: Dados do questionário de pesquisa, Jan./Fev. 1991.

Pela Tabela 1 e Figura 2, pode-se perceber que a amostra procurou cobrir todos os quadrantes do município de Faxinal do Soturno, procurando também manter as distâncias variáveis em relação à sede, de maneira que a representatividade da área fosse fiel e coerente com os objetivos do trabalho.

No que se refere à estrutura fundiária, Faxinal do Soturno caracteriza-se por ser um município formado por pequenas propriedades rurais. Essas, possuem um grau relativamente alto de mecanização e produtividade por área plantada, ou seja, são pequenos produtores fortalecidos que, apesar das limitações e falta de incentivos governamentais, não medem esforços no sentido de assegurar para si e seus familiares um certo padrão de conforto e bem-estar.

Outra constatação que pode ser feita em relação ao tamanho é a inexistência de propriedades acima de 200 hectares, entre as 50 unidades amostradas.

Levando-se em conta o tamanho das propriedades, pode-se perceber que a estrutura de uso pouco se modificou desde o início da colonização do município, uma vez que ainda predomina a pequena propriedade. Entretanto, devido à situação difícil por que passa o setor agrícola como um todo e os agricultores do Município em particular, é provável que a tendência seja, a da concentração de terras, em consequência do abandono das propriedades por aqueles que se acham incapazes de competir com os agricultores mais capitalizados.

Verifica-se, ainda, que 82% das propriedades são dirigidas pelo próprio proprietário. O restante é administrado ou pelo proprietário ou pelos demais membros da família (Tabela 2).

Esta situação é justificada pelo predomínio das pequenas propriedades, onde os proprietários dedicam-se quase que exclusivamente ao trabalho agrícola, tornando-se desnecessário, e até mesmo inviável, a presença de administradores que não sejam os próprios proprietários.

Destaca-se, ainda, que 100% dos entrevistados residem em suas propriedades, 28% deles as exploram parcialmente e o restante é arrendado. Geralmente, isso ocorre em virtude da reduzida mão-de-obra familiar disponível, idade avançada do

proprietário ou ainda dificuldade de produzir em maior escala, devido ao alto custo da produção.

TABELA 2 - Exploração da terra pelos proprietários e membros da família.

Quem explora a propriedade?	F	%
Proprietário	42	84
Proprietário e filho	4	8
Irmãos (em conjunto)	2	4
Proprietário, filho, genro	1	2
Arrendatário	1	2
Total	50	100

FONTE: Dados do questionário de pesquisa, Jan./Fev. 1991

Constatou-se que as áreas arrendadas variam enormemente, podendo oscilar de 2 a 100 hectares. O contrato de arrendamento é escrito e registrado na maioria dos casos, 16%. Já os contratos verbais, apesar de menos usados, ocorrem 14% das propriedades entrevistadas. O restante, ou seja, 70% dos entrevistados não arrendam suas terras.

Quanto à duração, predominam os contratos de um ano, e por tempo indefinido, seguindo-se os contratos de 3 e 4 anos, respectivamente.

Quanto ao arrendamento, as pessoas que o fazem possuem certas responsabilidades. Geralmente, as incumbências dizem respeito à preservação das matas e do solo; conservação das cercas; cuidados com a casa de moradia e demais benfeitorias, ou seja, todos os cuidados possíveis com a infra-estrutura da propriedade.

Quanto às formas de pagamento nos arrendamentos, verificou-se que na maioria dos casos (24%), representam de 15 à 25% da produção, que pode ser pago tanto em dinheiro como em produto.

A exploração em parceria só ocorre entre membros da família, no caso, apenas três (3) dos cinquenta (50) entrevistados trabalham em parceria, sendo que a área explorada nesta modalidade varia de dezessete (17) à oitenta e quatro (84) hectares. O contato entre os parceiros é feito verbalmente, e apenas dois são por tempo indeterminado e um renova o contrato todos os anos. As obrigações se igualam às dos arrendatários.

Já se mencionou anteriormente, que no município em estudo ocorre o predomínio da pequena propriedade, de forma que não existe terra disponível para este tipo de exploração, uma vez que os membros da família dos próprios proprietários já disputam-na entre si.

O percentual pago pelo parceiro ao proprietário é de 80% da produção num dos casos e 33% noutro caso, sendo que os outros dividem entre si os produtos.

Outra questão se refere à capitalização do pequeno produtor, isto é, indaga a possibilidade do mesmo adquirir outras propriedades. Dos cinquenta (50) entrevistados, cerca de 40% deles, possuem outras propriedades, sendo doze (12) no próprio município; quatro (4) em Restinga Seca; uma (1) em Silveira Martins; uma (1) em Ivorá; uma (1) em Júlio de Castilhos e uma (1) em Formigueiro. A área dessas propriedades oscila de três (3) à cento e vinte (120) hectares. Seis (6) dessas propriedades são exploradas por arrendatários e apenas uma (1) em parceria. As outras onze (11) são exploradas pelo proprietário.

Observou-se que na maioria dos casos são os proprietários os exploradores de suas propriedades. Constatou-se que apenas quatro (4) dos entrevistados exercem outras atividades, como: motorista, marceneiro, administrador e comerciante.

A maioria dos entrevistados (58%) é sócio de uma ou mais cooperativas. No município destaca-se a presença de duas (2) cooperativas: Cooperativa Agrícola Mista Santo Isidoro Ltda (COOPSIL) e Cooperativa de Crédito Agrícola de Faxinal do Soturno (CREDNIAL). Constatou-se porém, que alguns (7) dos entrevistados são sócios de cooperativas de outros municípios como a Cooperativa Agrícola de Nova

Palma Ltda (CAMPAL) de Nova Palma e Cooperativa Triticola Júlio de Castilhos (COTRIJUC) de Júlio de Castilhos (Tabela 3).

É marcante como os agricultores estão divididos e até mesmo receosos em relação a COOPSIL. Segundo o gerente comercial da Cooperativa e os próprios entrevistados, esse fato deve-se à crise por que esta instituição passou em 1987, levando-a à falência. Entretanto, embora o número de associados continue relativamente baixo, ela já vem apresentando fortes sinais de restabelecimento, através do crescente número de novos sócios.

Além das Cooperativas, 86% dos entrevistados são sócios de sindicatos sendo, na sua grande maioria, sócios do Sindicato de Faxinal do Soturno. Apenas 2% são sócios do Sindicato de Nova Palma.

TABELA 3 - Cooperativas com seu respectivo número de sócios e percentagens respectivas.

Cooperativas	Nº de proprietários/sócios	%
COOPSIL	15	30
COOPSIL e CANPAL	3	6
CANPAL	5	10
COTRIJUC	2	4
COOPSIL e COTRIJUC	1	2
COOPSIL e CREDINAL	1	2
CREDINAL	1	2
COOPSIL, CREDINAL e CANPAL	1	2
OUTROS	21	42
Total	50	100

FONTE: Dados do questionário de pesquisa, Jan./Fev. 1991.

O principal segmento produtivo de Faxinal do Soturno, a agricultura, constitui-se de pequenas glebas de terra e caracteriza-se pelo emprego de mecanização. Predomina, na maioria das propriedades entrevistadas, a mão-de-obra familiar. Os familiares realizam praticamente todo o serviço da lavoura e domésticos, necessitando de assalariados temporários apenas em épocas de plantio, limpas e colheitas, isto é, nos períodos de safras dos produtos.

Pode-se, no entanto, perceber que o assalariado permanente é, a rigor, uma excepcionalidade; apenas 10% da mão-de-obra utilizada nas propriedades entrevistadas (Tabela 4).

TABELA 4 - Composição da mão-de-obra na área em estudo

Tipo de mão-de-obra	Nº de proprietários	%
Familiar	29	58
Familiar + assalariados temporários	16	32
Familiar + assalariados permanentes	5	10
Total	50	100

FONTE: Dados do questionário de pesquisa, Jan./Fev. 1991.

A composição da mão-de-obra familiar varia de uma (1) a seis (6) pessoas, nas propriedades entrevistadas, sendo que de uma (1) a quatro (4) pessoas ocorre em maior número.

Em relação aos assalariados temporários, o número oscila também entre uma (1) e seis (6) pessoas. Entretanto o que ocorre com maior frequência é o emprego de um (1) a dois (2) assalariados por propriedade.

Os assalariados temporários são contratados somente no inverno ou em todo o ano, para o serviço de limpa de campos ou potreiro, ou para serviços da agricultura como o cultivo do arroz, soja e milho.

No que se refere aos assalariados permanentes, eles se constituem numa minoria, ou seja, em apenas 10% dos entrevistados existe este tipo de assalariado. Esta mão-de-obra é contratada para realizar trabalhos nas lavouras, mas executam também outros trabalhos ligados aos serviços domésticos e na criação.

A remuneração desse tipo de mão-de-obra, é feita pelo proprietário, mensalmente, na maioria dos casos e por empreitada em apenas dois (2) casos. O pagamento diário dos empregados varia desde Cr\$ 800.00⁴ até Cr\$ 2.000.00, mais alimentação e, em apenas um dos casos, o empregado mora na propriedade.

O pagamento mensal dos assalariados varia significativamente sendo que a base do pagamento é, na maioria dos casos, o salário mínimo. Depois, o proprietário sempre complementa com uma gratificação, uma percentagem da produção da lavoura de feijão e/ou arroz e o cultivo de algum produto, ocorrendo, também o pagamento por horas extras.

O contrato com o assalariado temporário e permanente é feito verbalmente em dezesseis (16) casos, os outros cinco (5), possuem contrato registrado.

Quanto à procedência da mão-de-obra, a maior parte (16) é de pessoas vizinhas dos proprietários e apenas uma pequena parcela (5) é da cidade Faxinal do Soturno.

Em apenas dois (2) dos vinte e um (21) produtores que utilizam mão-de-obra assalariada, o assalariado pode cultivar algum produto, além da quantia paga em dinheiro.

Em épocas de plantio e colheita, a mão-de obra familiar costuma trabalhar para terceiros, ou melhor, para vizinhos. Esse trabalho se caracteriza por "troca de serviço", onde dificilmente ocorrerá pagamento com dinheiro por serviço prestado, mas sim a retribuição do mesmo.

⁴ Remuneração baseada no valor do salário mínimo de fevereiro de 1991, ou seja, Cr\$ 17.000,00

O número de pessoas envolvidas nesse tipo de serviço, varia de um (1) a quatro (4), mas a frequência maior é de uma (1) a três (3) pessoas em um estabelecimento.

Geralmente, essa "troca de serviço" se baseia no plantio, colheita, aplicação de uréia, destalo de fumo e, raramente, para cuidar de animais ou outras atividades.

3.2 - CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS: UTILIZAÇÃO DAS TERRAS, TECNOLOGIA E CRÉDITO RURAL

O uso contínuo da mesma área de terra, com a mesma produção, não apresenta grande variação. Vai de um (1) a seis (6) anos, sendo que a frequência maior recai sobre os que plantam, continuamente, de um (1) a dois (2) anos, os quais perfazem 54% dos entrevistados. Outros 30% plantam permanentemente o mesmo produto, estes alegam, no entanto, que as terras são próprias para arroz, e que devido a esse fato, não vão substituir por outro produto.

Um (1) dos entrevistados, o qual produzia em escala relativamente alta, possuidor de todo o maquinário e implementos agrícolas necessários para a boa infraestrutura da propriedade, hoje abandonou completamente o trabalho agrícola, queixando-se da política agrícola expoliante que inviabiliza qualquer iniciativa. Segundo ele, o custo de produção é muito elevado, ou conforme suas próprias palavras, "tem que pagar para produzir". Hoje ele planta o mínimo para a subsistência e dedica-se ao trabalho de caminhoneiro.

Outro entrevistado alterna culturas de azevém e aveia, no inverno, e milho irrigado, no verão.

Constatou-se que 37% dos entrevistados, quando deixa de plantar um determinado produto no mesmo pedaço de terra, volta a plantar outro produto, e que 38% solta o gado nas restevas, ficando 26% que deixam crescer capoeira e 18% que plantam continuamente o mesmo produto.

O período mais frequente de pastoreio do gado nas restevas é de 3-4 meses, em (16%) das propriedades, seguindo pelos períodos de um (1) ano (10%) e dois (2) anos (10%). Já os períodos de quatro (4) a seis (6) anos e por tempo indefinido somam apenas (4%) dos entrevistados. Nota-se que o período de descanso da terra é relativamente curto e corresponde, geralmente, aos períodos de entre-safras.

É quase insignificante o destino das terras para o crescimento de capoeira, pois apenas 26% dos entrevistados optam por isso. O período de maior frequência, dois (2) anos, perfaz um percentual de 10%.

Como se pode constatar, quanto a rotatividade da terra com o plantio de outro produto, vê-se que acontece em 48% dos casos e a frequência maior é o período de um (1) ano em 24% dos entrevistados. Os outros 24% plantam o mesmo produto por um (1) a quatro (4) anos e 18% dos entrevistados não realiza rotação de cultura, pois as terras são próprias para o arroz.

Este período relativamente curto de descanso, ocorre devido tanto ao tamanho das propriedades como ao tipo de produtos neles cultivados. A associação mais frequente é o binômio soja/arroz, praticado pelos produtores que possuem áreas de várzea. Em menor escala, ocorre a prática do cultivo de outros produtos, como o milho, fumo, feijão, pastagens e produtos de subsistência, como a abóbora, batata doce, batata inglesa, mandioca, etc., em praticamente 100% das propriedades entrevistadas.

Esta intensidade do uso da terra é decorrente da sua fertilidade, da penetração da mecanização intensiva e da aplicação de insumos modernos. Desse modo, de acordo com a topografia encontramos tipos distintos e cultivos, ou seja, nas várzeas predominam as lavouras de arroz e soja (já em menor quantidade), nas áreas íngremes, de topografia mais movimentada, predominam as lavouras de milho, fumo, cana-de-açúcar e produtos de subsistência.

A rotatividade no cultivo das terras está condicionada à disponibilidade das mesmas para cada agricultor e de acordo com o potencial de trabalho que possuem

(mão-de-obra familiar, assalariados temporários, e/ou permanente). Também a esses fatores, atrela-se o nível de mecanização de cada propriedade.

A rotação de culturas não é praticada em todo o estabelecimento, mas em apenas parte dele. Como já se mencionou anteriormente, os pequenos produtores na sua grande maioria, não realizam outras atividades que não sejam aquelas ligadas à terra. Então, eles buscam, através da rotação de cultivos, praticamente, quase sem pousio, a única forma de sobreviver e comercializar o excedente dos produtos.

Quanto à organização das terras no Município, as que ocupam maior área são as lavouras temporárias, com 777 hectares; seguem-se as lavouras permanentes, mais reduzidas, com 170 hectares e as pastagens naturais, com 602 hectares. Já a mata nativa, nas propriedades, encontra-se bastante reduzida, 223 hectares, sendo que ainda existem porque se localizam nas encostas, onde é difícil o acesso pelo homem. As terras em descanso somam 204 hectares e as terras com pastagem plantada perfazem 183 hectares. As terras inaproveitáveis são decorrentes da topografia íngreme e pedregosa do município, da presença de banhados, da erosão em determinadas áreas, da presença de sangas e da preservação da mata nativa, 187 hectares. (Tabela 5).

TABELA 5 - Organização das terras - Faxinal do Soturno - 1991.

Tipo de organização	Área em ha	% da área
Lavoura temporária	777	32%
Lavoura permanente	170	7%
Pastagens naturais	602	25%
Pastagens plantadas	183	8%
Matas nativa	223	9%
Matas plantadas	63	3%
Terras em descanso	204	8%
Terras inaproveitáveis	187	8%
Total	2.410	100%

FONTE: Dados do questionário de pesquisa, Jan./Fev. 1991.

Salienta-se, no entanto, que a área de maior expressividade é ocupada pelas lavouras temporárias e que, sem dúvida, é consequência das dimensões limitadas das propriedades. Esse fato leva o agricultor a extrair o máximo de sua área de terra, levando a utilizá-la intensivamente.

Outra questão refere-se à existência ou não de hortas e pomares, nas propriedades entrevistadas. Constatou-se que 100% dos proprietários possuem horta e pomar e que só produzem para o consumo da família.

Os equipamentos agrícolas que apresentam maior destaque, em Faxinal do Soturno, são os tratores, acompanhados do arado de tração mecânica. Os tratores predominam em 34% das propriedades amostradas sendo que muitas delas possuem mais de um. Entretanto, o que mais se destaca é a existência de um (1) trator em cada uma das propriedades que perfazem 52% dos entrevistados. Ocorrem exceções com proprietários possuindo mais de dois tratores.

Quanto ao uso do trator em horas anuais, constatou-se que o tempo de utilização do equipamento varia bastante: entre 50 a 4.000 horas anuais. Desse modo, o tempo de utilização predomina entre 50 à 1.000 horas em 88% nas propriedades amostradas.

O custo, por hora, do uso do trator, oscilou muito nas propriedades. Entretanto, levando-se em conta o desgaste de máquina, o combustível e outros fatores, o custo médio, por hora, oscilou de Cr\$ 1.000,00 à Cr\$ 6.000,00.

Verificou-se, também, que nos estabelecimentos que possuem relevo suave, o uso do trator é intenso, ficando o arado de tração animal para os estabelecimentos de topografias mais difíceis.

A terra arada com trator, destina-se à plantação da maioria dos produtos cultivados nas propriedades, ou seja, arroz, soja, fumo, milho, cana-de-açúcar e outros. Todavia, sabe-se que, no município, os produtos de maior destaque, são o arroz, soja, fumo e milho, logo, são os que mais exigem mecanização tanto para o preparo do solo como colheita dos produtos.

Existem aqueles proprietários que não possuem trator, mas que alugam dos vizinhos, nas épocas de preparo do solo. Estes perfazem uma minoria, 8% dos entrevistados.

Destaca-se que a aquisição e utilização do trator, no Município, deu-se de forma intensiva, principalmente na década de 70. Entretanto já existiam, em pequena escala, nas décadas de 40, 50 e 60. O surto se deu principalmente no período que coincide com o surgimento do produto que veio modificar, transformar a situação agrícola no município: a soja.

O uso da trilhadeira é significativo. Constatou-se que em 50% das propriedades entrevistadas ela é utilizada, mas ocorre apenas uma (1) por estabelecimento. Sua utilização expressiva, principalmente, na década de 70 e é mais utilizada pelos proprietários cujas lavouras situam-se em áreas de topografia acidentada que inviabiliza o uso das colheitadeiras.

No que se refere à existência de colheitadeiras, verificou-se que 30% das propriedades possuem este equipamento. Salienta-se que a sua ocorrência é de uma (1) em cada propriedade. Os agricultores que não possuem esse equipamento agrícola (70%), em época de colheita, costumam alugar para a safra de seus produtos, visto que é, muitas vezes, inviável a compra dessa máquina.

A época que marcou a entrada deste equipamento no município coincide com as demais mecanizações, ou seja, década de 70, consolidando o fenômeno da tratorização no estado gaúcho.

Os arados de tração mecânica foram encontrados em 44 propriedades, sendo que na maioria dos casos aparecem em número de um (1) a dois (2) por estabelecimento.

Quanto aos arados de tração animal, eles existem em menor expressividade, em 60% das propriedades, entretanto, é um equipamento pouco utilizado, exceto nos casos, onde o proprietário não possui terra própria para o uso do arado de tração mecânica.

Destaca-se, ainda, a presença de galpões para armazenamento dos produtos colhidos até o transporte posterior às cooperativas ou a firmas particulares. Estes perfazem 96% das propriedades e sua existência está atrelada à própria existência da propriedade. Já os silos e armazéns são em número muito reduzido, apenas 4%, e são mais recentes.

Na verdade, 100% dos proprietários entrevistados possuem "armazenamento" próprio. Entretanto, estes galpões, na grande maioria dos casos, são impróprios para armazenamento de grãos. Sua função é mais para guarda de máquinas, implementos agrícolas e produtos para subsistência, fumo em corda, fumo de galpão, pois na maioria, são galpões parcialmente fechados, sendo, portanto, impróprios para o armazenamento de produtos que exigem maiores cuidados na estocagem, como é o caso do arroz e da soja. Quando estes são colhidos vão direto para a cooperativas e silos dos comerciantes particulares. Isto demonstra uma certa fraqueza do produtor no sentido de que, muitas vezes os preços dos produtos podem não estar favoráveis para a venda, mas como não possui armazenamento adequado, obriga-se a vendê-lo. Este fato, leva, mais uma vez, a perdas sensíveis nas safras dos produtores.

Diante do exposto, embora o município seja marcado pela existência de pequenas propriedades, nota-se a presença marcante da mecanização na grande maioria das propriedades. Essa mecanização consiste na utilização maciça do trator para a preparação do solo, dos defensivos químicos nos tratamentos culturais da terra e das trilhadeiras e colheitadeiras nos períodos das colheitas.

Essa mecanização relativamente elevada em Faxinal do Soturno ocorre por vários fatores, entre eles destaca-se a presença de várzeas e o aproveitamento máximo das propriedades, uma vez que o proprietário ou explorador da terra procura o máximo da produção, visando retornos compensadores que lhe permitam arcar com o elevado custo de produção.

Constatou-se, também, a existência de pólos altamente desenvolvidos no município, é o caso do Distrito de São João do Polêsine, privilegiado por ser uma área de várzea, onde o solo é utilizado intensivamente com a cultura do arroz, atingindo uma

das mais altas taxas de produção do país. Estes proprietários caracterizam-se por serem verdadeiros empresários rurais, embora suas áreas de terra enquadrem-se como pequenas propriedades. Uma das razões da alta produção, segundo os produtores, nestes casos, está ligada ao fato da grande maioria das lavouras encontrar-se sistematizada e que, por isso, a produtividade tem dobrado nos últimos anos.

A tecnologia química (adubos, corretivos e defensivos) pode ser observada na Tabela 6.

TABELA 6 - Utilização dos diferentes insumos agrícolas nas propriedades amostradas.

Insumos	F	%
Adubo: - químico	46	92
- orgânico	40	80
Corretivo: - calcário	30	60
- uréia	10	20
- salitre	3	6
Defensivos: - inseticida	38	76
- herbicida	38	76
- fungicida	10	20

FONTE: Dados do questionário de pesquisa, Jan. Fev. 1991.

O adubo químico é, destacadamente, o insumo mais utilizado pelos produtores na área em estudo, o qual é empregado em 92% das propriedades amostradas. O uso mais frequente é para o cultivo do arroz, soja, milho e fumo. Em menor escala os produtores utilizam o adubo orgânico para os produtos de subsistência, como a cebola, feijão, cana-de-açúcar. O adubo orgânico, embora seja utilizado pela maioria (76%), destina-se basicamente aos produtos da horta doméstica e pomar.

Apenas 4% o utilizam para a lavoura de arroz. Esta prática é efetuada, de maneira geral, uma vez ao ano e aplicada de acordo com o produto a ser cultivado e com a extensão da área cultivável. Quanto à procedência desses adubos são adquiridos na maioria, nas cooperativas onde os produtores são sócios; nas firmas como : Souza Cruz, Meridional Tabacos, Fumosul, Multifétil e comerciantes onde os preços se mostram mais acessíveis ao produtor.

O adubo orgânico, embora esteja sendo utilizado pela maioria, tem sua aplicação bastante restrita. Notou-se completo desinteresse da maioria dos produtores numa utilização mais sistematizada deste insumo, ou seja, a sua utilização nas lavouras de arroz, milho e outras.

Atribui-se este fato à falta de conscientização dos proprietários quanto aos retornos que uma adubação orgânica forneceria caso fosse amplamente utilizada.

Os defensivos situam-se num segundo plano, sendo utilizados por um número significativo de produtores: inseticida (76%), herbicida (76%) e fungicida (20%). Sua aplicação é exclusivamente em produtos como o arroz, soja, fumo e milho. É uma prática preventiva e só utilizada com maior intensidade quando necessária para o controle das pragas.

A utilização de corretivos é feita por uma pequena parcela de agricultores: calcário (60%), uréia (20%) e salitre (6%).

A aplicação de calcário é feita em intervalos médios de 5 a 10 anos, podendo variar entre 2 a 12 anos. A quantidade aplicada por hectare é, em média, de 5 toneladas. Já a uréia é usada, a cada safra, na mesma proporção que o adubo.

Alguns agricultores utilizam outros tipos de corretivos como: super fosfato, fosfato, fósforo, potássio e adubação verde, quando necessário à correção ou melhora da fertilidade do solo.

Das cinquenta (50) propriedades, vinte e cinco (25), ou seja, 50% faziam financiamento para a lavoura com a finalidade de custeio (compra de insumos industriais) e investimento (compra de maquinários).

Destaca-se que os produtores que faziam financiamento, 40% o fizeram desde a década de 70 até meados da década de 80, e apenas 10% fizeram até o ano de 1990. Em 1991, apenas dezoito (18), ou seja, 36% dos proprietários fizeram financiamento, o restante alegou não ser possível trabalhar com o banco, pois os juros são muito altos e os financiamentos são destinados somente a médios e grandes produtores. Salientaram, também, que só conseguiu financiamento, quem o fez via CREDINAL (Cooperativa de Crédito de Faxinal do Soturno), a qual financia como avalista do produtor junto ao Banco.

Como se pode observar, o Banco do Brasil atende a maioria dos financiamentos, sendo bastante reduzida a participação de outras agências bancárias e firmas particulares. (Tabela 7).

TABELA 7 - Número de financiamentos por instituição financeira e finalidade.

Instituição Financeira	F	%	Finalidade
Banco do Brasil	33	76,74	Sementes
Banco do Brasil e CREDINAL	3	6,97	Adubos, calcário
CREDINAL	2	4,65	Máquinas
Meridional Tabacos	2	4,65	Manutenção
COOPSIL	1	2,32	Investimento
Souza Cruz	1	2,32	Investimento
Banco do Brasil, CREDINAL e BANRISUL	1	2,32	Investimento
Total	43	100	

FONTE: Dados do questionário de pesquisa, Jan. Fev. 1991.

OBS: Incluídos os que faziam e fazem financiamentos.

Inquiridos sobre a periodicidade com que realizam os financiamentos, constatou-se, entre os que já realizaram e os que realizam, que 100% destes proprietários o faziam ou fazem anualmente. (Tabela 8).

TABELA 8 - Periodicidade da realização dos financiamentos pelos agricultores de Faxinal do Soturno.

Periodicidade	F	%
Anualmente	43	86
Não fazem financiamento	7	14
Total	50	100

FONTE: Dados do questionário de pesquisa, Jan./Fev.1991.

Quanto ao valor dos empréstimos, constatou-se uma diversificação, indo desde menos de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), até Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), sendo que este último valor representa apenas 2% dos proprietários, ficando como média geral, o valor em torno de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) em 1991.

Os altos financiamentos têm por finalidade a sistematização da lavoura, visando, com isso, obter a maior produtividade da área utilizando-se desse modo, da mecanização intensiva, corretivos e defensivos agrícolas.

3.3 - Características de produção: agricultura e pecuária

Um dos primeiros produtos, ou seja, o pioneiro na agricultura do Município foi o trigo, plantado desde 1940, cultivado pelos colonos, em pequenas áreas

de terras férteis. Teve sua maior produção entre as décadas de 40, 50 e 60⁵, conforme entrevistas do trabalho de campo. A partir de então, é inexpressiva sua produção no município, chegando em 1988 com apenas 50ha. A expansão do trigo esteve ligada à garantia de preços e às facilidades de financiamento da época. Foi nesse momento que teve início, de forma ainda tímida, a aquisição, pelos agricultores, das máquinas para essa cultura. (Tabela 9).

TABELA 9 - Área e quantidade produzida das lavouras de arroz, soja, trigo, milho, fumo em folha e fumo em corda - Faxinal do Soturno - 1960 - 1988.

Produto	1960		1970		1980		1988	
	(Ton)	(ha)	(Ton)	(ha)	(Ton)	(ha)	(Ton)	(ha)
Arroz	6.487	1.916	5.112	1.440	4.302	1.153	11000	2.000
Soja	46	90	1.964	1.832	8.210	5.399	5.250	2.500
Trigo	949	1.977	1.045	1.209	219	283	45	50
Milho	5.792	2.823	3.710	3.022	2.503	1.909	4.680	3.000
Fumo em folha	-	-	417	-	483	442	630	450
Fumo em corda	-	-	18	-	267	-	-	-

FONTE: FIBGE - Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

FEE - Anuário Estatístico do RS - 1988

(-) Dados inexistentes.

NOTA: A análise da década de 1980 a 1990 ficou um pouco prejudicada uma vez que o Censo Agropecuário de 1985 não foi publicado. Entretanto utilizaram-se as informações da FEE (1988) para se ter um visão mais atualizada da agricultura no Município.

A partir de 70 começa a diminuir a área plantada com esse produto. Vários motivos fizeram com que fosse abandonada esta cultura como: clima desfavorável, doenças e pragas que resultavam em safras frustradas com baixa

⁵ A utilização de dados censitários para as análises correspondeu ao período a partir de 1960. Justifica-se pela criação do município de Faxinal do Soturno em 1959.

produtividade, além de preços pouco compensatórios no mercado. Atualmente, apenas 14% entrevistados continuam plantando trigo, visando apenas a subsistência. (Tabela 9).

A área ocupada por este produto é pouco significativa na maior parte das propriedades entrevistadas. A produção por hectare vai deste cinco (5) até cinquenta (50) sacos, entretanto a maioria fica entre cinco (5) a dez (10) sacos por hectares a área ocupada por este produto é pouco significativa na maior parte das propriedades entrevistadas. A produção por hectare vai desde cinco (5) até cinquenta (50) sacos, entretanto, a maioria fica entre cinco (5) a dez a (10) sacos por hectare, evidenciando, deste modo, uma baixa produtividade. O mesmo declínio ocorre em área destinada a esse produto, como pode ser observado pelos dados obtidos no trabalho de campo. (Tabela 10).

TABELA 10 - Área plantada (ha) dos principais produtos em Faxinal do Soturno

Produtos	Área plantada (ha)
Arroz	447,0
Soja	381,5
Milho	191,5
Fumo	18,0
Trigo	9,0

FONTE: Dados do questionário de pesquisa, Jan./Fev.1991.

Outro produto que marca presença desde a década de 40 é o arroz. Essa cultura vem apresentando um crescimento significativo tanto em área quanto em produtividade. Notou-se que houve uma diminuição deste produto nas décadas de 70/80, quando cede espaço à soja. Todavia, no ano de 1988, o arroz apresenta forte sinal de reestabelecimento. (Tabela 9)

Pelo que se pode constatar através das entrevistas, o arroz deve continuar se expandindo. Entretanto, um dos entraves para a maior expansão é a indisponibilidade

de área para o aumento da produção. Contudo, o aproveitamento da terra é intenso no município, tanto que, muitas vezes, pela ânsia de aumentar a produção, não são respeitados, pelos agricultores, aqueles aspectos ligados à preservação do solo e conservação das matas ao longo dos rios. Esse descaso vem trazendo consequências muito sérias para os produtores no município, como por exemplo: destruição do solo das lavouras, erosão acentuada provocando assoreamento dos rios, causando enchentes mesmo com baixo índice de precipitação; prejuízos às lavouras e estradas, ou seja, perdas econômicas e sociais junto à população do município.

Os prejuízos econômicos e sociais podem ser melhor visualizados na tabela 11.

TABELA 11 - Prejuízos ocorridos na produtividade e percentual de perdas das safras de arroz, soja e milho no município de Faxinal do Soturno, 1983-1984.

Período	1983		1984	
	%	Sc	%	Sc
Arroz	30	30.000	-	-
Soja	40	60.000	33,3	50.000
Milho	7	4.200	31,0	18.600

FONTE: FATEC - Projeto da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Soturno - 1990.

Como se pode perceber pela Tabela 11, as perdas nas safras, em decorrência das enchentes, foram significativas. No ano de 1983, 30% da produtividade do arroz foi completamente perdida. Esta perda correspondeu a trinta mil (30.000) sacos. Com a soja a perda foi ainda maior, cerca de 40% em 1983 e 33,3% em 1984. Isto representou uma queda nas safras de, respectivamente, sessenta mil (60.000) sacos e cinquenta mil (50.000) sacos. Com o milho o problema se repetiu, porém em menor escala, visto que os produtos que ocorrem com maior frequência, nas várzeas, são o arroz e a soja.

Pode-se perceber que o arroz é o produto que mais se destaca no município. Na verdade, a orizicultura assume posição de destaque a partir da década de 80, devido tanto a alta mecanização utilizada, quanto à ocupação de áreas que antes eram ocupadas pela soja. (Tabelas 9 e 10).

A produção do arroz, em hectare cultivado, varia bastante desde 40 até 180 sacos por hectare. Entretanto, a frequência maior recai sobre a produção de 100 a 180 sacos por hectare. Esta alta produtividade deve-se ao uso intensivo da mecanização, da irrigação e à sistematização das lavouras que vêm sendo paulatinamente realizada pela maioria dos orizicultores.

Segundo os entrevistados, a lavoura sistematizada proporciona alta produtividade, ou seja, aumenta de maneira bastante significativa a produção. Os orizicultores demonstraram grande interesse acerca desse produto e pretendem incrementar suas lavouras. Justificam como principal incentivo o apoio que a EMATER tem dado aos produtores, fornecendo-lhes conhecimentos técnicos e fazendo com que essa cultura seja uma das principais geradoras de divisas para o município. A irrigação se constitui numa garantia à colheita.

Os produtores que abandonaram o cultivo do arroz, o fizeram em virtude de vários fatores, entre eles: a crise generalizada por que passa a agricultura em decorrência da falta de uma política agrícola que atenda as necessidades dos pequenos produtores; terras desfavoráveis ao cultivo do arroz; a substituição deste produto por outros como o fumo e, em especial, a soja, lavoura altamente comercial.

A colheita é praticada quase que totalmente por máquinas ceifadeiras. Posteriormente, é feito o transporte do produto para as cooperativas e engenhos de beneficiamento e as restevas (restos ou sobra da colheita) são aproveitadas para o pastoreio do gado ou ainda, em época de seca, são recolhidas e armazenadas para o trato do gado no período de inverno.

Outro produto analisado foi a soja. Esta já era cultivada no município, na década de 60 (26% dos proprietários entrevistados). Entretanto sua representatividade

toma impulso a partir de 1970. Nesta década 70% dos entrevistados passaram a cultivar este produto.

Entre os motivos que levaram os proprietários ao cultivo da soja destaca-se o "milagre brasileiro", entre 70/75, alicerçado no binômio trigo-soja, que reteve, neste período, toda uma política governamental no que diz respeito a incentivos e financiamentos, como também um mercado assegurado para a compra e venda deste cultivo. Além disso, salienta-se a topografia apropriada do município para uma mecanização intensiva da qual essa cultura se utiliza largamente.

Atrelada aos fatores expostos acima, a soja destacou-se, também, por se apresentar como uma via alternativa da produção no município. Assumiu, em determinados períodos, destaque no leque produtivo da área em análise. (Tabela 9).

A produção da soja, por área plantada, varia bastante: desde quinze (15) até cinquenta (50) sacos por hectare cultivado, entretanto a maior frequência fica entre vinte (20) e quarente (40) sacos por hectare. Este produto não é utilizado na alimentação dos produtores sendo praticamente toda ela vendida, podendo esporadicamente ser utilizada em ração caseira para aves e gado de leite.

Embora a Tabela 10 seja referente aos dados da pesquisa, pode-se, até certo ponto, compará-la com a Tabela 9 e verificar que a soja teve o seu apogeu na década de 80, tendo, a partir de então, diminuído sua produção.

Tendo passado o período de grande euforia, muitos agricultores estão apreensivos quanto ao futuro dessa cultura no município.

Entre causas que levaram à diminuição da área plantada e até mesmo o abandono do cultivo da soja, citam-se: o modelo econômico imediatista e exportador que gerou uma "pressão" no agricultores levando-os a ingressarem de forma inadequada no cultivo; a retirada de subsídios causando a insuficiência de recursos para o custeio da lavoura; frustrações de safras; falta de verbas para investimentos (conservação do solo,

aquisição de máquinas, etc.), prescindindo os agricultores de tecnologia adequada e, ainda a situação de depressão econômica agravada pela frustração total de preços de mercados.

Nas propriedades entrevistadas, a soja continua sendo cultivada por 46% dos agricultores, sendo que destes, 14% diminuíram sensivelmente a área plantada.

Percebe-se, portanto, que a soja vem atravessando um período bastante crítico e pelo que se pôde observar no trabalho de campo, supõe-se que a área dessa cultura tenda a diminuir de modo bastante significativo. (Tabela 9).

O milho é cultivado, no município, desde 1940 em caráter de subsistência. Seu cultivo está ligado principalmente a alimentação dos rebanhos, aves e alimentação humana.

Notou-se que a grande maioria, 92% dos entrevistados, cultiva o milho e que, segundo os produtores, nunca deixou de ser plantado, pois o produto "compensa sempre". (Tabela 9 e 10).

O milho só é comercializado em raros casos, e quando ocorre excedente de produção.

O fumo é outro produto existente no município. Seu cultivo teve início na década de 40 e até hoje é realizado.

Os fatores que fizeram com que muitos agricultores se dedicassem a essa cultura são vários, entre eles: lucrativo, sempre valeu a pena plantar embora o preço seja oscilatório, o seu lucro é garantido; não exige muito investimento; a alta produtividade pode ser obtida mesmo em pequenas propriedades.

Quanto à produção do fumo, apenas 40% dos entrevistados se dedicam ao cultivo deste produto. Sendo a área plantada desde meio até cinco (5) hectares nas propriedades e a produção por hectare varia bastante, tanto em função da variedade

cultivada quanto pela aplicação de insumos e solo apropriado, ou seja, vai desde quinze (15) até cento e vinte (120) arrobas por hectare. A maioria está entre quarenta (40) e cento e vinte (120) arrobas por hectare. Pela Tabela 9, infelizmente os dados sobre o fumo são incompletos. Todavia, nota-se que o fumo em folha vem aumentando sua produção, tanto em área quanto em quantidade produzida. Quanto ao fumo em corda pode-se afirmar que sua produção aumentou sensivelmente a partir da década de 70 para 80, de dezoito (18) toneladas para duzentos e sessenta e sete (267).

Quanto ao destino do produto, é quase totalmente vendido, visando o consumo interno e externo.

Segundo as palavras dos produtores entrevistados, "é o produto que mais compensa", entretanto a desvantagem é que ele é muito trabalhoso, no caso do fumo de estufa, ele exige aplicação de venenos que põe em risco a saúde dos agricultores. Por esses motivos muitos produtores, substituem o cultivo do fumo por outras culturas menos trabalhosas e perigosas.

Existem, também, casos onde o fumo só não é cultivado em maior escala, por falta de mão-de-obra disponível, pois, em muitos casos, os filhos dos agricultores saíram para se dedicar a outras atividades. Deste modo, estes agricultores ficaram impossibilitados de desenvolver tal produto.

As variedades de fumo cultivadas no município são: o fumo em corda, 34%, fumo de galpão, 16%, fumo em folha, 6% e fumo de estufa, 8% dos produtores entrevistados.

O fumo em corda, que é a variedade mais cultivada entre os entrevistados é destinado quase que 100% da produção, para exportação principalmente para o Uruguai e Argentina, exceto pequena quantidade que fica para o consumo dos proprietários.

Entre os produtores entrevistados que abandonaram o cultivo do fumo, 2% o fizeram ainda na década de 50; 4% na década de 70 e 20%, na década de 80. As áreas destinadas ao fumo de corda são, geralmente, aquelas em que o cultivo de outros produtos, como o arroz e a soja, se mostra inadequado, ou ainda as áreas de topografia acidentada. Salienta-se que o fumo se adapta bem a estas condições, além de ser muito resistente contra as secas.

Neste contexto, pode-se afirmar que os produtos líderes do município são: o arroz seguido da soja, milho, fumo e trigo.

Além dos produtos com fins comerciais cultivam-se, no município, o feijão, a cana-de-açúcar e a batatinha inglesa. A apicultura também é realizada, porém em pequena escala. Salienta-se que, dos entrevistados, 46% cultivam o feijão; 30%, a cana-de-açúcar.

No que se refere ao cultivo do feijão, apenas 28% dos entrevistados se dedicam ao cultivo deste produto. Sendo que a área a ele destinada é bastante reduzida, chegando no máximo a 2 hectares por propriedade. A produção por hectare varia de três (3) até quarenta (40) sacos por hectare, ficando a maioria entre dez (10) e quinze (15) sacos por hectare.

O cultivo do feijão está intimamente relacionado aos proprietários que não dispõem de área de várzea para o cultivo de outros produtos mais rentáveis.

Destaca-se, também, a batatinha inglesa, mandioca, batata-doce, amendoim, cebola, alho, abóbora, moranga, pomares com variedades de frutas como laranja, bergamota, uva, etc., e hortaliças. Em 100% das propriedades entrevistadas a agricultura de subsistência está presente.

Quanto ao destino dos produtos que visam a comercialização, como o arroz, soja, fumo e feijão, os proprietários são servidos por uma vasta rede de comerciantes que vai desde a cooperativa do próprio município (COOPSIL), até as das

municípios vizinhos (CAMPAL, COTRIJUC), firmas particulares (Meridional Tabacos, Souza Cruz, Fumo-Sul) e comerciantes particulares (Cereta, Arnuti, Prevedello, etc.).

Quanto à Pecuária, numericamente, destacam-se como os mais importantes: as aves, os bovinos e os suínos. Os demais (ovinos, equinos e caprinos), apresentam contingentes bastante reduzidos, como pode ser observado na Tabela 12.

Quanto à criação, estes destinam-se ao comércio, consumo e rebanho permanente, sendo que a porção destinada ao comércio corresponde a (89,5%) da criação das aves; (8,5%) da criação bovina e (60%) da criação suína. O restante do rebanho é destinado ao consumo. Salienta-se que são abatidos anualmente, em torno de duas (2) a quatro (4) cabeças de bovinos, por família, nas propriedades entrevistadas

TABELA 12 - Produção pecuária: número, quantidade vendida e consumida - 1991.

Rebanho	Cabeças	Vendida/ano	Consumida/ano
Aves	40.234	36.020	4.040
Bovinos	1.350	115	108
Suínos	1.257	763	304
Ovinos	182	52	53
Equinos	26	-	-
Caprinos	4	-	-

FONTE: Dados do questionário de pesquisa, Jan/Fev. 1991.

TABELA 13 - Produção pecuária: número, percentual vendida e percentual consumida - 1991

Rebanho	Número	% vendida	% consumida	% rebanho permanente
Aves	40.234	89,5	10,0	0,43
Bovinos	1.350	8,5	8,0	83,50
Suínos	1.257	60,0	24,0	15,10
Ovinos	182	28,5	29,1	42,30
Equínos	26	-	-	-
Caprinos	4	-	-	-

FORNTE: Dados do questionário de pesquisa. Jan/Fev. 1991.

Quanto aos ovinos, apresentam-se em menor quantidade nas propriedades entrevistadas, sendo que apenas (28,5%) do rebanho é destinado ao comércio.

Quanto aos equinos e caprinos, estes se constituem numa minoria. A finalidade, da presença destes animais é muito restrita. Em raros casos o cavalo é utilizado para puxar capinadeira nas lavouras ou como meio de transporte.

Em relação à pecuária, é importante notar-se que a criação destina-se tanto ao consumo pelos proprietários como ao comércio. Salienta-se, no entanto que entre os proprietários entrevistados, encontra-se um suinocultor, cuja criação anual é de aproximadamente setecentos (700) porcos e um avicultor com uma criação de trinta e seis mil (36.000) frangos por trimestre, a qual destina-se, principalmente, ao Restaurante Augusto de Santa Maria.

Verifica-se que a pecuária é uma atividade bastante autônoma em relação à agricultura. Não possui nenhum incentivo de parte do governo.

Com exceção do avicultor e do suinocultor, que se caracterizam por uma atividade mais especializada, o restante da pecuária se constitui numa atividade extensiva.

Outro aspecto considerado está ligado à pecuária leiteira, atividade esta que passou a ser praticada aliada à agricultura, por grande parcela dos produtores entrevistados. Segundo eles, a produção e venda do leite se mostra como uma alternativa na renda do colono. Ainda segundo eles, se apoiar só na agricultura não basta para garantir a subsistência da família. Salientaram, entretanto que o leite ajuda, embora não compense.

Embora essa atividade, a pecuária leiteira, venha sendo praticada por diversos produtores rurais, o seu rebanho bovino no geral, tem-se mantido constante, exceto em alguns casos, 22%, onde parte do gado teve que ceder lugar ao gado leiteiro. Na maioria dos casos, essa atividade é praticada numa escala relativamente baixa. Apenas um produtor possui ordenhadeira mecânica.

Em relação ao número de cabeças, o rebanho de gado leiteiro apresentou um aumento que variou de propriedade para propriedade, em 6% dos casos aumentou em até dez (10) cabeças; em 2% até vinte (20) cabeças; em 4% mais de vinte (20) cabeças; em 2% dos produtores o rebanho teve um aumento de 800%.

Com essa atividade, os produtores (46%) passaram a plantar pastagens, variando em torno de 5 hectares (18% dos produtores entrevistados) e mais de 5 hectares (10% dos produtores).

Quanto ao trato do gado, 46% dos produtores utilizam ração. Esta consiste de produtos caseiros como: farelo, de milho e de soja e cana-de-açúcar.

A quantidade e qualidade da ração consumida por cabeça, não segue maiores cuidados técnicos, uma vez que a produção leiteira, por enquanto, não dispõe de maiores técnicas nas propriedades entrevistadas, ou seja, mostra-se como complemento

orçamentário das famílias. A maior preocupação do produtor concentra-se, ainda, na agricultura.

O gado leiteiro, em sua maioria (94%), é de criação própria, apenas 2% dos produtores entrevistados possui este tipo de gado comprado em granjas.

O rebanho leiteiro, por propriedade, varia de uma a quinze (15) vacas, entretanto, a frequência maior fica em torno de duas (2) a doze (12) vacas por propriedade.

Em sua maioria, 74%, desse rebanho é de raça crioula ou comum. As raças mais apuradas, são pouco representativas no município. (Tabela 14).

Em certas localidades, como por exemplo Sítio dos Mellos, os produtores estão procurando fazer melhoramento da raça, através da inseminação artificial. A idéia é formar um grupo de associados, ou seja, "associação dos produtores". Com isso, visa-se uma maior produção e um maior respaldo dos receptores do leite e queijo.

TABELA 14 - Raça do gado leiteiro

Raça	F	%
Crioula ou Comum	37	74
Holandês x Jersey	4	8
Holandês	3	6
Holandês x Jersey x Comum	2	4
Comum x Holandês	2	4
Zebu x Jersey	2	4
Total	50	100

FONTE: Dados do questionário de pesquisa. Jan/Fev. 1991.

Entre os produtores do leite, 38% vende este produto diretamente para a CORLAC (22%), CORLAC/CAMPAL (6%), CAMPAL (2%), COTRIJUC (4%) e

entrega a domicílio (4%) dos produtores. O restante é destinado ao consumo dos produtores e fabricação de queijos.

Grande parte dos produtores de leite (74% deles) produz queijo, sendo que este produto, na maioria dos casos, é para o consumo da própria família, ficando o excedente para a venda, no caso, 28% dos produtores.

Para uma melhor compreensão quanto à produção diária do leite, nas propriedades entrevistadas, estabeleceram-se cinco (5) classes para melhor evidenciar sua produtividade. (Tabela 15)

Embora a pecuária leiteira se mostre como uma alternativa para o produtor, a maioria deles alega que não dá para investir tanto no gado leiteiro, pois o preço do queijo e do leite está muito baixo.

Como se vê, a "história" do alto custo da produção, como ocorre na agricultura, se repete também neste segmento produtivo, desestimulando os produtores.

TABELA 15 - Produção de leite nas propriedades entrevistadas - 1991.

Litros/dia	F	%
1 — 10	14	28
10 — 20	21	42
20 — 30	6	12
30 — 40	2	4
40 — 50	7	14
Total:	50	100

FONTE: Dados do questionário de pesquisa. Jan/Fev. 1991.

Das cinquenta (50) propriedades entrevistadas, a grande maioria (86%), faz financiamento para a lavoura, com a finalidade de custeio (compra de insumos) e investimentos (compra de maquinários).

Quando questionados sobre incentivos governamentais, os proprietários (94%) foram categóricos em afirmar que o governo não tem dado nenhum incentivo aos

agricultores, muito pelo contrário. Por outro lado, mencionaram que a EMATER tem prestado assistência técnica e incentivado os produtores para cultivos alternativos, como hortigranjeiros e fruticultura (cítricos, uva, entre outros).

Quanto às políticas governamentais, os entrevistados foram unânimes em afirmar, que o período de maior descaso do governo para com os agricultores foi a década de 80. Outros, salientam que esse problema, vem "desde o governo do Presidente José Sarney".

Ainda com relação à falta de incentivos governamentais, segundo os próprios agricultores inquiridos, essa pode ser considerada para alguns como - "ruim, não se tem recursos próprios, não se faz nada". Outros consideram - "a inflação muito alta, o baixo preço do produto, o empréstimo deveria ser devolvido em produto". Também destacam que - "na hora de plantar, mais ou menos, mas na hora de vender tem que 'dar' os produtos"; ou ainda - "é um crime o que o governado está fazendo com os produtores rurais". Quanto aos empréstimos dizem também que - "é difícil, não consegui sair do Banco do Brasil, por que preciso. Não consigo me livrar"; ou então, - "Nunca esteve tão ruim"; - "Não se pode fazer financiamento, senão não sobra nada, até pode faltar"; ou seja - "é um problema! É uma Babilônia".

Como se vê, há uma falha na política agrícola no sentido de dar apoio ao produtor rural, especialmente o pequeno, ou seja, não existe uma política de crédito rural adequado às características da agricultura. As linhas de financiamento para investimento e custeio tem sido totalmente aniquiladas nos últimos anos, quando, na verdade, o setor agrícola necessitava fundamentalmente desses recursos.

Quando inquiridos sobre as mudanças provocadas no modo de vida dos agricultores, em decorrência da problemática que envolve a agricultura, as respostas representaram um "amargo" desabafo dos proprietários.

Apenas uma minoria, representada por 6% dos entrevistados, demonstrou estar superando a crise e que ainda fazem progressos. O restante, ou seja, a maioria dos entrevistados, alegam diversos motivos de desestímulo quanto à atividade agrícola na área. (Tabela 16).

A modernização da agricultura, na área em estudo, acarretou mudanças no modo de vida dos agricultores. Essas, podem ter características diversas, mas todas se encaixam na visão de que há necessidade de definição de uma política estável para o pequeno produtor, para que este possa ter maior segurança em relação aos resultados de sua atividade, evitando, com isso, o abandono de suas propriedades e, ao mesmo tempo, a garantia de uma vida digna. Enfim, que haja reconhecimento acerca do papel que o pequeno produtor representa na sociedade como um todo.

Além das dificuldades acima expostas, a agricultura também tem sido vítima de problemas climáticos como secas e enchentes. As secas mais pronunciadas ocorreram, segundo os produtores, na década de 80, e as enchentes, principalmente, na primavera de 1990, bem na época do preparo do solo e plantio, o que veio comprometer grandemente as safras dos produtos locais.

TABELA 16 - Mudanças no modo de vida dos agricultores, em decorrência da problemática que envolve a agricultura no município de Faxinal do Soturno - 1991.

Mudanças	F	%
- Desestímulo a ponto de abandonar completamente a produção;	6	12
- A produção visando somente a subsistência devido aos pesados ônus para obter-se uma agricultura comercial;	5	10
- Diminuição da área plantada (a tendência é diminuir cada vez mais a área plantada);	7	14
- Empobrecimento apesar da luta (lutar para não perder o pouco que se tem);	16	32
- Persistindo (sobrevivendo apesar da crise);	4	8
- Dificuldade de mão-de-obra para as atividades agrícolas;	2	4
- Analisam a situação atual como "muito difícil";	7	14
- Melhoria significativa da produção com irrigação; progresso nos últimos anos; superação das dificuldades em decorrência da presença de recursos próprios (arrozeiros);	3	6

FONTE: Dados do questionário de pesquisa. Jan/Fev. 1991.

Em virtude dessas instabilidades climáticas (secas e/ou enchentes) todos os anos, indistintamente, parte da produção foi perdida, ocasionando sérias dificuldades ao pequeno produtor local.

Tendo em vista todos os riscos e problemas que envolvem o setor agrícola, os produtores, em sua maioria (58%), responderam que não vêem a possibilidade dos filhos continuarem na agricultura. Orientam os mesmos a outras atividades e estimulam o estudo, na busca de outro ofício como, pedreiro, marceneiro, motoristas, eletricitista.

Entretanto, alguns, ou seja, 42% dos produtores entrevistados respondeu que é viável, a possibilidade dos filhos continuarem na agricultura. Esta fato está ligado a diversas situações. Vários entrevistados (10%), alegam que os filhos vão encontrar uma infra-estrutura montada e rentável, que devem continuar, com a produção de arroz e o uso de tecnologia avançada aliada a recursos próprios, continuando, assim, a atividade por eles iniciada. O restante (22%), alega que os filhos devem ficar na agricultura, pelo fato dos mesmos não possuírem outra alternativa, a não ser ter esperança de que a situação difícil melhore.

Como se pode notar, eles se vêem obrigados a continuar suportando as desvantagens impostas pela estrutura econômica brasileira. Esta situação exige ação imediata por parte dos órgãos competentes, no sentido de reequilibrar a situação dos pequenos agricultores, que sofrem as consequências da falta de uma política mais justa e equilibrada para o pequeno produtor.

Entretanto, nessa luta de reorganização da situação agrícola deverá entrar também o produtor, pois neste contexto de desarticulação agrícola, muitas vezes, os fatores sócio-culturais podem favorecer ou reduzir o desenvolvimento do setor, no sentido da aceitação ou não das orientações de técnicos rurais em relação a determinados cuidados e aplicações que o produtor deve ter na sua agricultura.

Como se pode constatar, a maioria dos entrevistado possui apenas primeiro grau incompleto, ou seja 3º e 4º ano primário, o que muitas vezes dificulta a

ação de técnicos e especialistas rurais no que concerne às inovações que deveriam ser executadas nas propriedades para que os mesmos obtenham um maior grau de produtividade. Alegam, alguns, que possuem conhecimento tradicional, empírico e experiências adquiridas e passadas de geração a geração e que não são as "técnicas modernas" que permitirão maior desenvolvimento nas suas lavouras. Por outro lado, existem agricultores preocupados com o futuro e apontam que, para sobreviver na agricultura, seriam necessárias escolas técnicas rurais para os filhos e maiores recursos financeiros. Com isso sentir-se-iam capacitados para enfrentar o pesado custo de produção e aqueles cuidados especiais que a agricultura exige, obtendo-se, com isso, um padrão de vida digna.

Outra questão referiu-se ao número de pessoas residentes nas propriedades entrevistadas. Verificou-se que ocorrem desde três (3) até treze (13) pessoas, no entanto, o mais frequente é encontrar, em média, cerca de cinco (5) a sete (7) pessoas por propriedade.

Quando questionados sobre possíveis modificações na sua exploração, apenas 4% dos entrevistados manifestou vontade de vender suas terras. Os motivos que levaram esses agricultores a tomar esta decisão foram: idade avançada, indisponibilidade de mão-de-obra familiar para executar a vasta gama de atividades que envolve um estabelecimento agrícola e ainda dificuldades para sobreviver. Sobre esta questão, 40% dos entrevistados pretende comprar terras; 22% pretende comprar máquinas, como: trator (6%); colheitadeiras (4%); grade niveladora, bomba de irrigação, plantadeira ou motobomba (4%); silo secador (2%); efetuar troca de equipamentos agrícolas (2%) e compra de automóvel (4%).

Quando questionados sobre a possível introdução de outra cultura em suas propriedades, 22% dos entrevistados aspira introduzir culturas como: arroz (6%); milho (2%); uva (2%); batatinha inglesa (2%); citros (2%) e 4% não especificou o tipo de cultura.

Nesse sentido, 6% dos entrevistados pretende desenvolver culturas específicas: feno em confinamento (2%); aumento da área destinada ao cultivo do arroz (2%); hortigranjeiro(2%).

Outras atividades poderão ser desenvolvidas como: apicultura, pastagem, silagem, plantio direto e a criação do bicho da seda. Também pretendem realizar melhoras quanto a infra-estrutura do estabelecimento como: açudes, aumento da casa, construção de casa na cidade e sistematização de lavouras, entretanto esses aspectos representam a minoria dos entrevistados.

Em relação à propriedade, os proprietários, em sua grande maioria (86%), possuem casa de alvenaria; 14% possui casa de madeira; 92% possui água encanada. Apenas 12% possui água de poço. A eletrificação rural está presente em 100% das propriedades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o segmento agrícola da área em estudo enquadre-se como sendo agropecuário colonial, uma parte significativa da área agrícola (em torno de 40%), assume características bem definidas da lavoura empresarial, com uma série de inovações que se efetiva através do uso intenso de insumos, equipamentos mecânicos e tem sua produção voltada essencialmente ao arroz e a soja, destinados ao mercado interno e externo. Percebeu-se que esta é a forma de organização mais dinâmica e o setor que mais cresce no município.

Com a introdução da tecnologia, no Município de Faxinal do Soturno, várias consequências foram constatadas:

- na década de 70, houve um avanço do capitalismo no setor agrícola. Grande parte da lavoura, por apresentar-se mecanizada, permitiu a expansão do capitalismo e, conseqüentemente, uma dependência muito forte da agricultura, no que se

refere a financiamento e incentivos, tornando o setor agrícola, da área em estudo, atrelado ao modelo político-econômico nacional;

- com a tecnificação, o setor agrícola de Faxinal de Soturno foi consideravelmente dinamizado, uma vez que se ampliaram os índices de produtividade e produção agrícola;

- o processo de modernização, no município, é consequência de vários fatores, entre eles: a disponibilidade de áreas apropriadas à agricultura amplamente mecanizada (topografia suave em, pelo menos 40 % da área), a fertilidade do solo e incentivos governamentais;

- o setor produtivo do município é representado através do binômio soja/arroz, e mais especificamente com o arroz. Empregam-se, em certas áreas, conhecimentos técnicos avançados como, por exemplo, a terraplanagem ou a sistematização das lavouras, visando o aumento da produtividade;

- o cultivo da soja, foi responsável pela expansão da lavoura temporária, em Faxinal do Soturno, alternada ao arroz. Entretanto, a partir de 1980, essa cultura tem entrado em declínio tanto em área quanto em produção, do que se infere que, passando o período auge da soja, proporcionado pelo modelo econômico imediatista e exportador, essa cultura começou a apresentar recuos ocasionados principalmente pela diminuição dos subsídios governamentais (fato constatado pelo descontentamento dos agricultores do município). Por outro lado, o cultivo do arroz continuou aumentando em área e produtividade, assumindo posição de destaque no município;

- ao lado do segmento produtivo empresarial, da área em estudo, ocorre aquele segmento produtivo tradicional, onde os pequenos agricultores, dispoindo de deficientes recursos financeiros e de terras inapropriadas à agricultura, não puderam dinamizar o avanço deste segmento. Desta forma, continuam ligados à tradição e aos hábitos, o que lhes impede a elevação da renda e, a longo prazo, a melhoria de suas

condições de trabalho e de vida. Deste modo, dedicam-se à cultura de subsistência, o que lhes garante o consumo familiar. Salienta-se que alguns produtos, cultivados em pequena escala, destinam-se ao comércio, quando ocorre um excedente da produção.

- observou-se também que em certas áreas, pelo fato dos produtores disporem de pequenas extensões de terra, ocorre a utilização intensiva da mesma, levando-a ao total esgotamento. Não dispondo de recursos e com deficientes conhecimentos técnicos para o trabalho de recuperação dessas áreas, condenam-na a total exaustão.

Evidencia-se assim, pouca preocupação com a degradação dos ecossistemas causados pelas atividades humanas, numa época em que a ameaça à qualidade ambiental exige providências urgentes para a minimização e/ou solução destes problemas, através do uso racional do espaço geográfico e dos recursos naturais. Esse fato exige a conscientização de órgãos a nível municipal, de empresários, agricultores, enfim, de toda a sociedade.

Se pôde constatar que as consequências das transformações tecnológicas, no município, trouxeram uma dinamização no setor primário. Entretanto, uma parcela significativa dos pequenos produtores, ficou à "margem do sistema", uma vez que não dispunha de capital para viabilizar o processo de modernização. Assim, alguns produtores rurais, vêm-se atrelados ao modelo sócio-econômico do país, sem, no entanto, possuírem condições de arcar com os pesados custos que esta condição lhes impõe.

A tecnologia, ou seja, a utilização de máquinas, bastante generalizada na área em estudo, trouxe facilidades no cultivo e nos cuidados com a lavoura, como também melhoria nas propriedades e nível de vida dos produtores. Entretanto, o alto custo para manutenção desses equipamentos, tornou o produtor escravo da própria tecnologia. Atualmente, torna-se penoso dar sustento ao padrão de mecanização

anteriormente utilizado devido ao alto custo da produção e baixos preços dos produtos no mercado.

Dentro deste contexto produtivo, ressalta-se que, ao lado das lavouras, outras atividades agrárias são desenvolvidas em Faxinal do Soturno como a pecuária que, com a presença do gado bovino, suínos e aves, serve tanto para a subsistência como, em menor escala, ao comércio.

Assim se delinea a tendência do setor primário em Faxinal do Soturno, representado pela agricultura comercial (arroz e soja) e pela de subsistência. Atrela-se, também, a este segmento uma pecuária em pequena escala. Ambas dinamizam o segmento produtivo do Município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZZI, M. L. **São Borja transformações no espaço agropecuário: o processo de despecuarização.** Rio Claro, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, 1985, 222p. il. tese (Mestrado Organização do Espaço). I.G.C.E. UNESP

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **A agricultura do Rio Grande do Sul. 25 anos de economia gaúcha.** Porto Alegre, FEE, 1978. 3v., 104p.

_____. **Anuário Estatístico do RS - 1978.** Porto Alegre, FEE, 1989. 21v

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 1-135p. (Coleção Agricultura e Sociedade).

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura.** São Paulo, Brasiliense, 1982. 126p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agrícola de 1960: Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro, IBGE, Série Regional, Rio Grande do Sul, v.II. tomo XIII, 2 parte, 1967

_____. **Censo agropecuário de 1970: Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro, IBGE, Série Regional, Rio Grande do Sul, v.2. tomo 3, 2 parte, 1974.

_____. **Censo agropecuário de 1980: Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro, IBGE, Série Regional, Rio Grande do Sul, v.2. tomo 3, n.22, 2 parte, 1984.

KUCHEMANN, B. A. **O minifúndio gaúcho: ajuda técnica como a alternativa?** Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980. 1-118p.

MARTINE, G. & GARCIA, R. C. **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo, Hucitec, 1987. 1-125p.

MESQUITA, V. & SILVA, S. T. "A evolução da agricultura na região Sul na década de 70". **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, 49(1):503-29, 1987.

PAIVA, R. M. SCHATTAN, S. & FREITAS, C. F. T. de. **Setor agrícola do Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. 17-27p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DO SOTURNO, SECRETARIA DA AGRICULTURA. **Levantamento histórico, geográfico e sócio-econômico-cultural do Município de Faxinal do Soturno.** Faxinal do Soturno, 1990. 27 p.

TAMBARA, E. **RS: modernização e crise na agricultura.** Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983. 95p. (Série Documenta, 16).

RESUMO: AS CONSEQUÊNCIAS DAS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS NA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE FAXINAL DO SOTURNO - RS.

O presente trabalho teve como preocupação central identificar as consequências das transformações tecnológicas na agricultura do município de Faxinal do Soturno - RS. Nesta perspectiva, a análise teve como objetivos fundamentais demonstrar o atual comportamento da produção agrícola do município, permitindo observar as transformações ocorridas no período de 1980-1990; verificar as

consequências da introdução da tecnologia na área em estudo; verificar se as políticas desenvolvidas pelo Estado atuaram para que o processo de modernização corresse nesse município e identificar o nível de preocupação e ação dos produtores rurais quanto ao uso e manejo de solo, no sentido de evitar que os reflexos negativos da tecnologia recaiam sobre a saúde pública e o meio ambiente.

Palavras Chaves: Modernização da agricultura, Políticas agrícolas, Meio ambiente, Produção agrícola.

ABSTRACT: AGRICULTURAL TECHNOLOGICAL TRANSFORMATION CONSEQUENCES IN THE COUNTY OF FAXINAL DO SOTURNO - RS.

The present work had as the main concern to identify the agricultural technological transformation consequences in the county of Faxinal do Soturno. From this view the analysis had as fundamental aims: (A) to show the present behaviour of agricultural production attesting the period of time 1980 to 1990; (B) to verify technological introduction consequences in this area; (C) to analyse the rural procedures care and action level related to soil usage and management, trying to prevent negative consequences falling back on health and environment.

Key Words: Agricultural modernization, Agricultural policy, Agricultural production, Environment.